

Aspectos da dinâmica fundiária de Canavieiras: estudo sobre a silvicultura no município e conflitos com a reserva extrativista

Resumo:

O eucalipto, espécie arbórea nativa da Austrália, foi introduzido no Brasil durante as primeiras décadas do século XX e tem seu plantio em larga escala impulsionado partir de 1960. A monocultura do eucalipto se intensificou durante a ditadura militar, devido, principalmente, a incentivos e isenções fiscais do governo. O financiamento público a empresas de grande porte do setor de papel e celulose resultou, dentre outras questões, na concentração de renda e terras, visto que as empresas passaram a deter extensas áreas produtivas.

Desde então, as plantações de eucalipto cresceram em ritmo acelerado, atualmente o Brasil é 4º maior produtor de celulose no mundo, com 14.164 mil toneladas produzidas no ano de 2010. Instaladas em diversos estados do território brasileiro, empresas e monocultivos de eucalipto têm deixado um rastro de grilagem, danos ambientais e descumprimento de leis ambientais.

O presente trabalho busca analisar a monocultura do eucalipto no sul da Bahia, em especial no município de Canavieiras, e seus rebatimentos na estrutura fundiária e na reserva extrativista marinha existente no município.

Introdução

Em todo o mundo as zonas costeiras têm sido alvo de diversos empreendimentos, sejam eles turísticos, de infraestrutura, industriais e agrários, gerando diversos conflitos e impactos decorrentes dessas atividades e do adensamento da população nestas áreas. Os diversos usos que as zonas costeiras estão submetidas refletem no equilíbrio de seus ecossistemas, na alteração da dinâmica dos processos costeiros com perda de áreas habitadas e no agravamento dos conflitos ambientais, exigindo-se ações efetivas do poder público.

Nos últimos trinta anos, atividades econômicas como silvicultura, carcinicultura e turismo expandiram-se na região sul da Bahia ocupando áreas diversas.

No presente trabalho, busca-se compreender a silvicultura, base florestal da agroindústria da celulose, implantada a partir dos anos 1960, sua expansão e possíveis conflitos gerados a partir do empreendimento.

A análise dos conflitos e as possíveis implicações socioambientais associadas à expansão do monocultivo do eucalipto traduzem-se, na prática, em um importante instrumento de avaliação e intervenção das comunidades extrativistas, bem como da sociedade civil organizada, acerca do uso do solo por atividades ambientalmente degradantes e socialmente excludentes.

Origem do setor florestal no Brasil

O setor florestal, compreendido como um ramo produtivo, tem no Brasil uma trajetória marcada por diferentes momentos, nos quais as formas de organização do setor, a dinâmica territorial da atividade e a relação entre empresas e comunidades afetadas precisam ser compreendidas, como parte das análises referentes à questão agrária no país.

As grandes áreas destinadas ao cultivo e as condições de solo e clima são, de fato, uma vantagem para o desenvolvimento de atividades agrícolas no Brasil. Contudo, estes fatores estão longe de responder à complexidade da estrutura agrária brasileira, extremamente desigual, concentradora de terras e renda, e geradora de conflitos sociais, envolvendo camponeses, indígenas, quilombolas e outros grupos sociais.

Deste modo, é possível apontar que, no primeiro momento, a produção de papel no Brasil caracterizava-se pela dependência de celulose. Era necessário importar matéria-prima para o beneficiamento interno, o que resultava numa produção baixa voltada ao mercado interno com altos custos produtivos. No que tange à dinâmica territorial, a produção encontrava-se concentrada no Sudeste, dada a abundância de força de trabalho e capitais nesta região. Esteve também dependente das florestas nativas para a retirada de madeira, sendo o fator locacional de extrema relevância para o processo produtivo. A inexistência de integração entre a indústria papeleira e a produção primária evidenciava o baixo desenvolvimento do setor, visto que as empresas exportavam madeira e importavam celulose.

No segundo momento, a reestruturação produtiva do sistema capitalista passa a impor um novo processo de acumulação e reprodução, no qual a forma industrial de produzir passou a determinar alguns setores da agricultura. A modernização da agricultura, atrelada à conjuntura mundial, consolida o caráter agroindustrial da produção de papel e celulose no Brasil.

Apesar das particularidades, ressalta-se que o Estado teve sido mediador de conflitos entre capital e trabalho e provedor do setor florestal, aqui representado por grandes empresas privadas. Em ambos os momentos, a dinâmica territorializadora das atividades produtivas esteve associada às alianças de classes firmadas entre Estado e o latifúndio.

Os primeiros plantios homogêneos de árvores no país datam à segunda metade do século XIX quando foi realizada a recuperação de parte da mata da Floresta da Tijuca (RJ) que havia sido degradada pela agricultura cafeeira (MALINA, 2014). Houve outros reflorestamentos com fins ornamentais e de pesquisa no decorrer do período, e em 1911, em meio às discussões sobre a necessidade de uma legislação florestal, surge a perspectiva do monocultivo do eucalipto.

... em 1911, o engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade assumiu a direção do Serviço Florestal e Botânico do estado de São Paulo e mudou radicalmente os rumos do órgão.

De órgão dedicado à realização de pesquisas com florestas nativas, o serviço se transformou, sob sua direção, em uma sementeira de eucaliptos (BARCELOS, 2010; DIAS, 2007 apud MALINA, 2013, p. ???).

O estímulo ao monocultivo do eucalipto partiu do atrelamento da produção às necessidades de se obter carvão e ligas para o setor férreo, em especial, para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Junto à expansão das áreas plantadas, a elite fundiária do país começa a propagar o discurso das "florestas plantadas". É também nesse período que a imprensa brasileira começa a se desenvolver e demandar cada vez mais celulose, produto que o Brasil ainda importava.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o cenário nacional passou por mudanças profundas. Em “meados da década de 1940 [...] se iniciou a produção no país de celulose de mercado, ou seja, de pasta para fins de comercialização” (MALINA, 2013, p.70). Em 1946, é instalada, no Paraná, a primeira fábrica de celulose do Brasil. O governo Vargas disponibilizou fomentos, incentivos e isenções de impostos a fim de tornar o país autossustentado em celulose (MALINA, 2013). Foi a partir dessa integração do Brasil no setor celulístico que as empresas produtoras de papel e celulose passaram também a ter posse de imensas áreas agricultáveis.

Posse das terras – mudança na estrutura fundiária -

Entre as décadas de 1950-70, o cultivo extensivo de eucalipto é ampliado. De “1950 e 1956 a produção de celulose no Brasil aumentou de 1.590 para 51.900 t/ano” (MALINA, 2013). Em 1956, com o Plano de Metas, Juscelino Kubitschek promove a abertura do setor para o mercado externo, retomando os incentivos estatais e investimentos através do BNDES (BNDS no período). Contudo, foi no período da ditadura militar que o setor passou por sua maior expansão, contando com incentivos públicos - a expansão do setor era justificada em nome do desenvolvimento nacional.

Através do II Plano Nacional de Desenvolvimento e do I Programa Nacional de Papel e Celulose, o Brasil foi integrado em grandes projetos internacionais voltados a atender a demanda do mercado externo (NASCIMENTO, et al, 2009). Neste período, há uma relevante expansão das áreas de monocultivos, as quais foram denominadas “áreas reflorestadas”, principalmente nos estados de Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará. Os estados também encontraram formas de estimular o monocultivo do eucalipto através de isenções fiscais.

Cabe contextualizar que neste período o Brasil passava por transformações na sua base produtiva, passando a exportar não só matérias-primas como também produtos semielaborados e acabados. Este contexto se insere numa nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) baseada na “expansão das multinacionais através de subsidiárias no terceiro mundo” (MALINA, 2013), estimulada também pela necessidade dos países centrais do capitalismo de obter produtos elaborados no cenário pós II Guerra Mundial.

Léa Malina faz referência a Léa Goldenstein (1975) em sua tese de doutorado, apontando um processo de redistribuição geográfica das áreas produtoras de madeira no mundo. Segundo a mesma, uma série de fatores levou à progressiva implantação de maciços florestais nos países tropicais do “terceiro mundo”, no qual,

[...] até a década de 1970, celulose e papel eram um negócio entre países ricos; os países de economia planificada centralizada apareciam como exportadores de madeira para pasta; e o terceiro mundo tinha participação muito pequena no comércio, como exportador de madeira e importador de celulose e papel (GOLDENSTEIN, 1975).

A escassez da matéria-prima nos países tradicionalmente produtores – principalmente os países nórdicos da Europa e os da América do Norte-, por volta de 1970, resultou em consequências como a alta dos preços e o desenvolvimento de pesquisas para uso de madeiras variadas, afirma Malina (2013).

Ao passo que se mudavam as áreas destinadas ao plantio de árvores em larga escala, mudava também, paralelamente, a tendência mundial de consumo de madeira: “até a década de 1970, 50% do uso de madeira era de lenha para consumo doméstico, situação que começou a se modificar, com o estacionamento desse consumo e o crescimento de outros” (MALINA, 2013, p. 77), como o de papel e celulose. Vale ressaltar que mudanças em nível de mercado também aceleraram o ritmo da produção dos derivados de celulose, como as embalagens, “mercadorias estas que tomam uma proporção gigantesca nesse novo momento de reprodução do modo capitalista de produção (MALINA, 2013, p.78)”.

Outro fator de fundamental importância foi o desenvolvimento técnico que proporcionou a utilização de árvores de fibras finas e folhosas, características dos países tropicais, que ainda têm a vantagem de crescerem rapidamente, se comparado às árvores dos países nórdicos, segundo Carneiro (1994 apud Nascimento, 2007, p.2): “o corte do eucalipto em países de clima temperado requer 20 a 40 anos, podendo chegar a 70 anos, a exemplo da Suécia, enquanto as condições dessa região [Litoral Sul da Bahia] permitem o corte após 6 a 7 anos”.

Considerando esses fatores, é possível compreender de fundo “por que” foi durante a ditadura militar no Brasil que o “setor florestal” mais cresceu. O governo militar no país esteve

atrelado ao capital estrangeiro e proveu incentivo a este setor. Além disso, marcos legais possibilitaram um aprofundamento do capital privado na obtenção de terras para o monocultivo além da produção de celulose. O Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15/07/1965) se mostrou um forte aliado da indústria celulística ao passo que deu isenção e dedução fiscal para pessoas físicas e jurídicas.

Art. 38. As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram.

§ 1º Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado.

§ 2º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento (BRASIL, 1965).

No ano seguinte, a Lei nº 5.106 regulamentou os artigos presentes no Código Florestal de 1965, dispondo sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Art 1º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliados no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei (BRASIL, 1966).

Malina aponta que “o Estado tornou-se agente central para o desenvolvimento do setor, em uma perspectiva nacional-desenvolvimentista: planejamento para gerar o progresso do país.” O progresso a qualquer custo, característico das políticas desenvolvimentistas nacionais, resultou no aumento da violência no campo e nas grilagens de terra. As políticas implantadas não descentralizaram as terras agricultáveis, pelo contrário, as concentraram na posse de quem historicamente detém o latifúndio no Brasil.

Ao fim dos anos 1970 o Brasil era um grande exportador de celulose, detentor de uma estrutura “altamente oligopolizada e detendo alta tecnologia”. Na década de 1980, houve uma diminuição dos incentivos, como pode ser visualizado na tabela 1, com a diminuição da produção.

Tabela 1 – Produção de celulose no Brasil (1950-1988)

Anos	Celulose fibra curta (mil t)	Celulose fibra longa (mil t)	Total (mil t)
1950	1,6	38,4	40
1955	23	50,2	73,2
1960	119,9	80,3	200,2
1965	203,9	166,2	370,1
1970	385,9	278,2	664,1
1975	830,8	358,8	1189,6
1980	2117,1	755,6	2872,7
1985	2345	1058	3403
1988	2560	1232	3792

Fonte: Magaldi (1991, p. 114) apud Malina (2013, p. 94).

O novo cenário mundial, decorrente da neoliberalização da economia, trouxe outras mudanças para o setor. Segundo o professor Roberto Martins de Souza da UFPR, em seminário sobre os impactos socioeconômicos gerados pelo monocultivo do eucalipto, ministrado na Universidade Federal da Bahia (maio de 2013), o período foi caracterizado pela estagnação do setor de papel e celulose. O neoliberalismo anunciou a nova divisão internacional do trabalho, aprofundando a transferência das monoculturas para a América Latina, África e sul da Ásia. Isso foi possível através da liberalização do comércio e de novos subsídios e incentivos para a exportação de papel (lei Kandir).

A indústria de papel e celulose, na virada do século XX para o século XXI já se configurava como uma

[...] indústria basicamente produtora de commodities voltada ao mercado internacional. Por ser movida por altos investimentos de longo período de maturação, a indústria papeleira é considerada, hoje, a maior em intensidade de capital do mundo, superando, até mesmo, a indústria petroquímica, farmacêutica e automobilística. Seus projetos com grande integração vertical incluem imobilização de terras, plantio em larga escala, equipamentos de alta tecnologia para celulose, máquinas de papel, geração de energia, recuperação de utilidades, logística inteligente [...]. A alta capacidade de produção e o porte dos projetos exigem ganhos de escala com um nível de padronização elevado obrigando um rigoroso controle de qualidade. A competitividade e as exigências do mercado têm forçado as grandes corporações a investir de ponta a ponta, desde biotecnologia florestal, genética, manejo e planejamento florestal até em capacitação e logística operacional, tecnologia industrial, controle ambiental, operações financeiras e outras. (BARCELOS, 2010, p. 81-82 apud MALINA, 2013, p.95)

O processo de tecnificação da agricultura, iniciado no pós II Guerra Mundial e aprofundado 1960 e 1970, promoveu mudanças na produção, a partir da consolidação de ações do agronegócio no Brasil. Este setor, detentor de terras, capital e tecnologia produtiva, mantém a base rentista de acumulação que durante todo o processo usou a violência, a exploração do trabalho no campo e beneficiamento do fundo público.

As políticas liberais iniciadas nos anos 1970 se consolidam na década de 1990 reafirmando a hegemonia do sistema capitalista de produção, agora mundializado e tendo as corporações multinacionais como expressão mais avançada do capitalismo contemporâneo. Acompanhando o movimento internacional, as multinacionais de papel e celulose se consagram pela sua verticalização, concentração de capitais, apropriação de grandes extensões de terras, alta tecnologia, características marcantes da reestruturação produtiva dos anos 90.

De forma geral, ocorreu no setor a terceirização dos serviços de manutenção e fornecimento de insumos; a modernização das fábricas para aumentar sua capacidade produtiva; investimentos para redução de custos de transporte e armazenamento; além da mecanização e automação de todas as partes do processo produtivo em que isso fosse possível (KALACHE FILHO, 2006, p. 85; JOLY, 2007, p. 36, apud MALINA, 2013, p.100)

As vantagens no Brasil não são apenas edafoclimáticas (como o crescimento do eucalipto em sete anos) como dito inicialmente. As facilidades na obtenção de terras no país, pela compra, arrendamento ou grilagem, eleva os lucros da produção a partir da exploração da terra e obtenção da renda da terra¹. Na falta de fiscalização, estudo e acompanhamento sobre a questão fundiária (discriminação das terras) o Estado permite que transações irregulares promovam a apropriação privada sobre as terras devolutas e conseqüentemente a concentração fundiária.

Ademais, a abundância de força de trabalho e baixo custo da mesma, elevam os lucros provenientes da produção de papel e celulose no país, vantagem esta comprovada pela transferência de capitais dos países tradicionalmente produtores para as periferias do capital.

Paralelo ao crescimento do lucro proveniente da expansão do setor, cresce também o ônus econômico, social e cultural em relação às comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto para consumo industrial. A violação de direitos humanos fundamentais provocados pelas plantações industriais de eucaliptos e pinus, não se dá sem resistência. A mobilização social busca frear o aprofundamento cada vez maior de desigualdades sociais, degradação ambiental e esfacelamento de culturas e tradições, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste do país. O cenário dos municípios onde as unidades fabris e monocultivos estão instaladas é de constante transformação, com o desaparecimento e enfraquecimento das comunidades locais.

A luta simbólica pela ressignificação de que plantações homogêneas (monocultivos) não são florestas, é bandeira de luta das populações atingidas, que reconhecem o Estado como representante dos interesses dos empresários e não das populações. O discurso ecológico, incorporado pelas empresas é endossado pelo Estado, invisibilizando as desigualdades através do discurso da sustentabilidade.

A resistência dos atingidos permite o desocultamento da realidade social do território, mero recurso a ser explorado pelas empresas, mas, antes de tudo, lugar da existência social de grupos, que se vale de outras formas organizativas, produtivas e econômicas para sua reprodução.

Processo de apropriação capitalista do espaço no Litoral Sul da Bahia

Pode-se dizer que a **apropriação capitalista do espaço** brasileiro se dá no bojo da acumulação primitiva do capital, no período que se inicia com a colonização portuguesa no século XVI. A exploração do pau-brasil demarca a colonização de base exploratória portuguesa

¹ Renda da terra

que utilizou a força de trabalho indígena para obtenção de madeira, seja através de trocas de artigos da metrópole ou pela violência e sujeição dos índios a condição de escravos.

Como forma de organização e controle do espaço, o regime das Sesmarias, de 1534, consolidou a terra como um bem oligárquico, a partir da exploração de grandes extensões de terras, os latifúndios, e da força de trabalho indígena e posteriormente de negros trazidos de diversos países africanos. Este processo demarcou uma estrutura social desigual, sendo os proprietários de terras os detentores de poder e os demais, subjugados a esta lógica.

O Litoral Sul correspondia à Capitania São Jorge dos Ilhéus, administrada por Francisco Romão, e se estendia da foz do Rio Jaguaripe na Baía de Todos os Santos, percorrendo em direção sul até a foz do Rio Jequitinhonha.

Por volta de 1560, o cultivo da cana-de-açúcar começou e ser implantado e junto às lavouras foram construídos engenhos para o beneficiamento da produção. A cana se desenvolveu sem impedimentos, visto que as condições edáficas, climáticas e hidrográficas favoreceram a expansão do cultivo. A expansão do cultivo seguia a cartilha do capitalismo comercial, garantindo o processo de acumulação de capital.

A lógica capitalista de produção determinou a expropriação fundiária e a exploração da força de trabalho dos indígenas e também dos negros africanos (trazidos principalmente da Guiné), evidenciando-se assim tensão e conflitos territoriais no insipiente núcleo de povoamentos que se configurava (FREITAS, 2009, P. 105).

É no contexto canavieiro que surge a Vila de Canavieiras. Segundo Freitas (2009), em meados do século XVIII portugueses e brasileiros se instalaram nas margens do Rio Pardo, dando corpo ao povoado. Os migrantes são também responsáveis pela dinamização da economia com a implantação das lavouras de café e cacau. Tais cultivos impulsionaram o crescimento populacional da vila e articularam a nível regional a economia. “O cacau chegou na Bahia em 1746, por iniciativa do suíço Frédéric Louis Warneaux, às margens do rio Pardo” (Freitas apud Tavares, 2001, p. 363).

A cacuicultura se torna o maior cultivo da região tanto pelas condições ambientais, como pelas facilidades de força de trabalho abundante e barata, além de largas extensões de terras, muitas delas devolutas, que foram apropriadas privadamente pelos fazendeiros de cacau. O sistema de plantio (a cabruca) incorporava os pés de cacau na mata rica em árvores de madeiras nobres e possibilitava a cultivo de café, mandioca e banana para o sombreamento das mudas de cacau. Estes fatores, aliados ao “elevado valor agregado do produto e a demanda do mercado internacional, favoreceram através do comércio exportador a acumulação de capital” (Freitas, 2009, p. 107).

A relevância econômica do cacau e a expansão das lavouras marcaram a estrutura desigual da sociedade, em especial a do Litoral Sul, alicerçada em relações de expropriação de terras de famílias rurais e de subemprego. As condições precárias de trabalho e moradia e a falta de direitos trabalhistas compunham o quadro de miséria que acompanhava, contraditoriamente, o crescimento econômico da região.

A partir do século XX, a cacauicultura se consolida como uma monocultura agroexportadora – commodity –, definindo a inserção produtiva do Território do Litoral Sul da Bahia na DIT. Esse processo de internacionalização da produção repercutiu diretamente na estrutura da propriedade de terras e nas relações sociais de produção, traduzindo-se na expropriação camponesa e na exploração de trabalhadores rurais, com repercussões espaciais tanto no campo como na cidade (FREITAS, 2009, p. 108).

As relações de poder entre fazendeiros, coronéis e o Estado, ficam demarcadas na hierarquização da estrutura social, tendo na base da produção o trabalhador rural pauperizado e no topo os latifundiários, muitos, além de donos de terra eram figuras políticas. O Estado, instituição que representa a classe dominante, é antes de tudo, uma ferramenta da qual se utilizam os exploradores para perpetuar sua dominação e a faz isso de maneiras distintas, partindo da justificativa de gestão da sociedade. Durante todo o período, da implantação das lavouras à crise cacauera, o Estado se colocou na posição de grande investidor, estimulando e financiando iniciativas de produção, garantindo infraestrutura para o escoamento, na doação de terras públicas para a iniciativa privada, além do financiamento das dívidas dos cacauicultores durante o período de estagnação do mercado mundial, em 1930, durante a crise.

A economia cacauera, sempre esteve condicionada à conjuntura do mercado internacional, deste modo, a crise 1930 e a II Guerra Mundial evidenciaram a vulnerabilidade da produção, a desvalorização cambial do cacau. Estes dois momentos resultaram em fortes impactos sociais. Visando conter os impactos econômicos dos produtores, o Estado criou em 1931 o Instituto do Cacau (ICB) e em 1974 a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), buscando dentre vários objetivos a tecnificação e elevação da produção, a concessão de créditos aos produtores e estudos sobre o cultivo.

Os momentos nos quais o Litoral Sul esteve sobre a hegemonia do cacau imprimiram diferentes organizações do espaço, mas mantiveram o conteúdo mercantil das relações produtivas, agudizando a concentração de terra, renda e poder.

A produção passou por altos e baixos e, durante a década de 1980, a praga da vassoura-de-bruxa atingiu toda a região. A proliferação da praga fez eclodir outra crise de grandes proporções. A ruptura do ciclo do cacau obrigou a dinamização da produção.

Marinho (2001) destaca que a crise “ocasionou mudanças significativas na paisagem agrária e na dinâmica econômica regional, com o aparecimento de novas formas de organização do trabalho [...] diversificação produtiva”, alterando profundamente a (re)produção social da região (SAPUCAIA, 2013, p.3)

A vassoura de bruxa, como ficou conhecida a proliferação do fungo *Crinipellis pernicioso*, comprometeu cerca de 80% dos cacauais, colapsando a economia regional, com reverberações nacionais e endividamento dos proprietários. A falta de intervenções do Estado, neste momento, para a contenção do colapso cacauero levou os fazendeiros a falência - muitos venderam as fazendas a fim de pagar as dívidas, outros abandonaram tudo. As repercussões negativas promoveram um quadro de queda do nível de renda, desemprego e emigrações. “A estagnação do processo produtivo na década de 1990 desencadeou o desemprego massivo de 250 mil trabalhadores rurais (MAPA, 2009), aspecto que repercutiu diretamente na dinâmica demográfica” (FREITAS, 2009, p.116).

Tabela 2 – População total habitante do Município Canavieiras – BA.

População residente por sexo e situação do domicílio					
Município Canavieiras - Ba					
Urbana					
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	12270	14668	20658	26343	25903
Rural					
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	21190	27454	12361	8979	6433
Total					
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	33460	42122	33019	35322	32336

Fonte: Censo IBGE (2010)

Os campos destacados na tabela 2 evidenciam o êxodo rural que marca o período da crise da vassoura de bruxas. Havia 42.122 habitantes no município de Canavieiras na década de 1980, passando para 33.019 na década seguinte, uma redução de cerca de 20% da população forçada a migrar para cidades que oferecessem melhores condições de emprego como Salvador, Porto Seguro e São Paulo. Analisando a dinâmica interna do município, percebe-se que entre as décadas de 1980-90, a população rural decresce quase 55% e a população urbana tem crescimento de 30%. O intenso êxodo rural agudizou as condições de vida do trabalhador rural com a redução dos salários. Na cidade, as taxas de desemprego se elevaram, causando mudanças na paisagem urbana como o surgimento de bairros pobres, além do despontar da pesca como atividade de subsistência dos trabalhadores rurais emigrantes.

O Estado passou a intervir – em sua instância estadual e federal – com a política agrícola de fortalecimento do agronegócio do cacau. Entre as principais intervenções destacou-se o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana [...] em 1995 com objetivo de promover a recuperação das plantações, conter o avanço da vassoura de bruxa. [...] O governo estadual [...] criou o Fundo de Desenvolvimento da Cacaucultura (FUNDECACAU) a partir do qual vem sendo financiado o desenvolvimento de projetos científicos voltados para a geração de tecnologias de combate a vassoura de bruxa (FREITAS, 2009, p. 119).

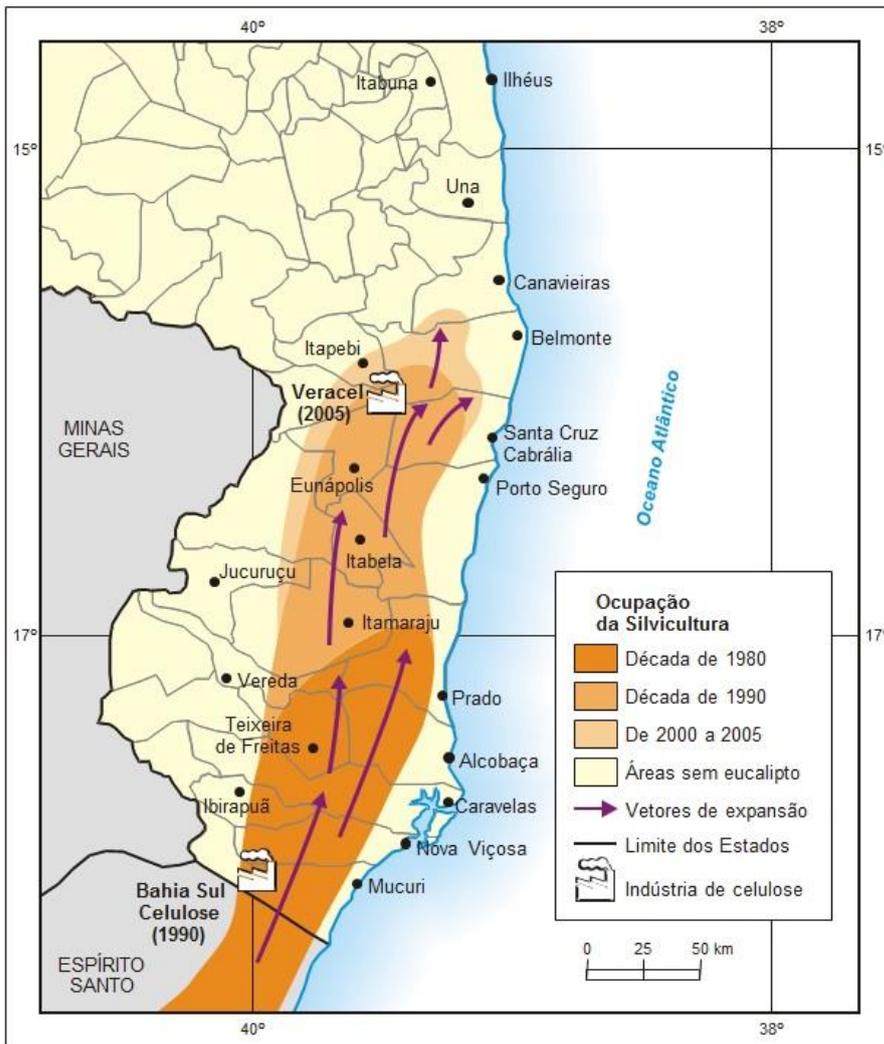
Deste modo, reafirma-se o papel do Estado como gestor dos interesses da classe dominante, uma agente do capital responsável pela manutenção do agronegócio como modificador e controlador do espaço agrário. O plantio do eucalipto em grande escala representa, assim, apenas um dos exemplos dessa convergência entre Estado e elite presentes no sul da Bahia, em particular no município de Canavieiras.

O cultivo do eucalipto em Canavieiras e a lei orgânica municipal

A expansão das frentes de exploração de madeira do Espírito Santo ao largo da década de 1970 alcançou o extremo sul da Bahia abrangendo diversos municípios. Além da alteração da paisagem promovida pela homogeneização do cultivo de eucalipto, houve também mudanças na estrutura agrária a partir da incorporação de terras de pequenos proprietários aos grandes cultivos, “o que contribuiu para o aterramento de nascentes, na formação de aglomerados urbanos e no adensamento da população naqueles núcleos” (NASCIMENTO, 2007, p.3).

Em seu estudo sobre a expansão da silvicultura nos municípios de Belmonte e Canavieiras, Dária Nascimento (2007) aborda a espacialização da silvicultura no da década de 80 do século XX e início do século XXI, conforme o mapa abaixo.

Figura 1 – Expansão do eucalipto nos séculos XX e XXI



Fonte: NASCIMENTO (2007).

De 2000 a 2005 o monocultivo do eucalipto avançou de Belmonte, na época com 18.600 ha de extensão, para Canavieiras, na sua porção sudoeste, no distrito de Boca do Corrego, às margens do Rio Pardo. Em 2005, Canavieiras contava com 570 ha de eucalipto. A baixa abrangência do monocultivo no município se deu em decorrência do decreto da lei orgânica do município nº 826/2007 que proíbe, por tempo indeterminado o plantio de eucalipto no município de Canavieiras.

A presente lei, em seu artigo 3º, aponta que:

A Secretaria Municipal de Agricultura organizará um cadastro com todos os dados relativos ao plantio de eucalipto, inclusive os já existentes, remetendo, anualmente, um relatório circunstanciado à Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente e ao CONDEMA, no qual constarão as áreas plantadas e quantidade de hectares ocupados. (CANAVIEIRAS, 2007, p.1)

Apesar de constar na lei, os documentos referentes à abrangência e quantidade do cultivo não existem; segundo representantes da Câmara, este controle nunca foi feito. Além do

descumprimento do que é previsto em lei, os demais dados públicos como pareceres e licenças de plantio também não estavam em posse do secretário de agricultura João Brasil, que alegou não dispor do material para apreciação pública. Durante conversas com representantes da Secretaria da Agricultura e Assessoria de Meio Ambiente, ficou claro que, apesar da proibição da expansão e de medidas legais de proteção ambiental, são diversas as infrações no município. De acordo com um funcionário público que preferiu não se identificar, existem diversas propriedades que desrespeitam a lei, plantando inclusive na área destinada à reserva legal. O mesmo apontou que a prefeitura não dispõe de mecanismos de controle e fiscalização, sendo uma das justificativas os baixos recursos e pouco pessoal trabalhando na área. Na lei, fica claro que:

Paragrafo único – O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA, constando qualquer ato de desrespeito a presente Lei, apresentará “notícia-crime” ao órgão do Ministério Público Estadual, além de informar tal irregularidade ao CRA/BA – Centro de Recursos Ambientais. (CANAVIEIRAS, 2007, p. 1)

Contudo, as viagens de campo evidenciaram a expansão das monoculturas de eucalipto, à revelia do Estado. A silvicultura no município é permitida, pautada no consórcio com outros cultivos, como banana, coco, etc. Porém, o que foi visto em campo foram grandes extensões de terras ocupadas exclusivamente por eucalipto ou intercalada com faixas de capim para pasto. O plantio é feito a partir de particulares (proprietários de terras), ou através do arrendamento de terras por até 20 anos. “De tal maneira, os dados apontam um expressivo avanço dos eucaliptos nessa área em direção norte da região Sul do estado da Bahia, em detrimento às culturas tradicionais” (NASCIMENTO, 2007, p. 2).

Segundo dados do Instituto o Meio Ambiente - IMA (2008) e da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA (2008), no Diagnostico da Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul do Estado, os percentuais das áreas totais dos imóveis (2009) e de plantios (próprios e fomento – PPF + 10 de aceiros) da empresa Veracel (2008) por município tem crescido. Nestes dados, Canavieiras apresenta 1,6% da área total de imóveis da empresa Veracel e 1% da área total de plantios da mesma empresa. Apesar do baixo percentual em comparação a outros municípios, como por exemplo, Belmonte (19,4% área total de imóveis e 10% da área total de plantios da Veracel), nota-se que parte das terras arrendadas para o cultivo já é de empresas do grande capital financeiro, no caso da Veracel Celulose, que já possui uma unidade fabril entre os municípios de Belmonte e Eunápolis.

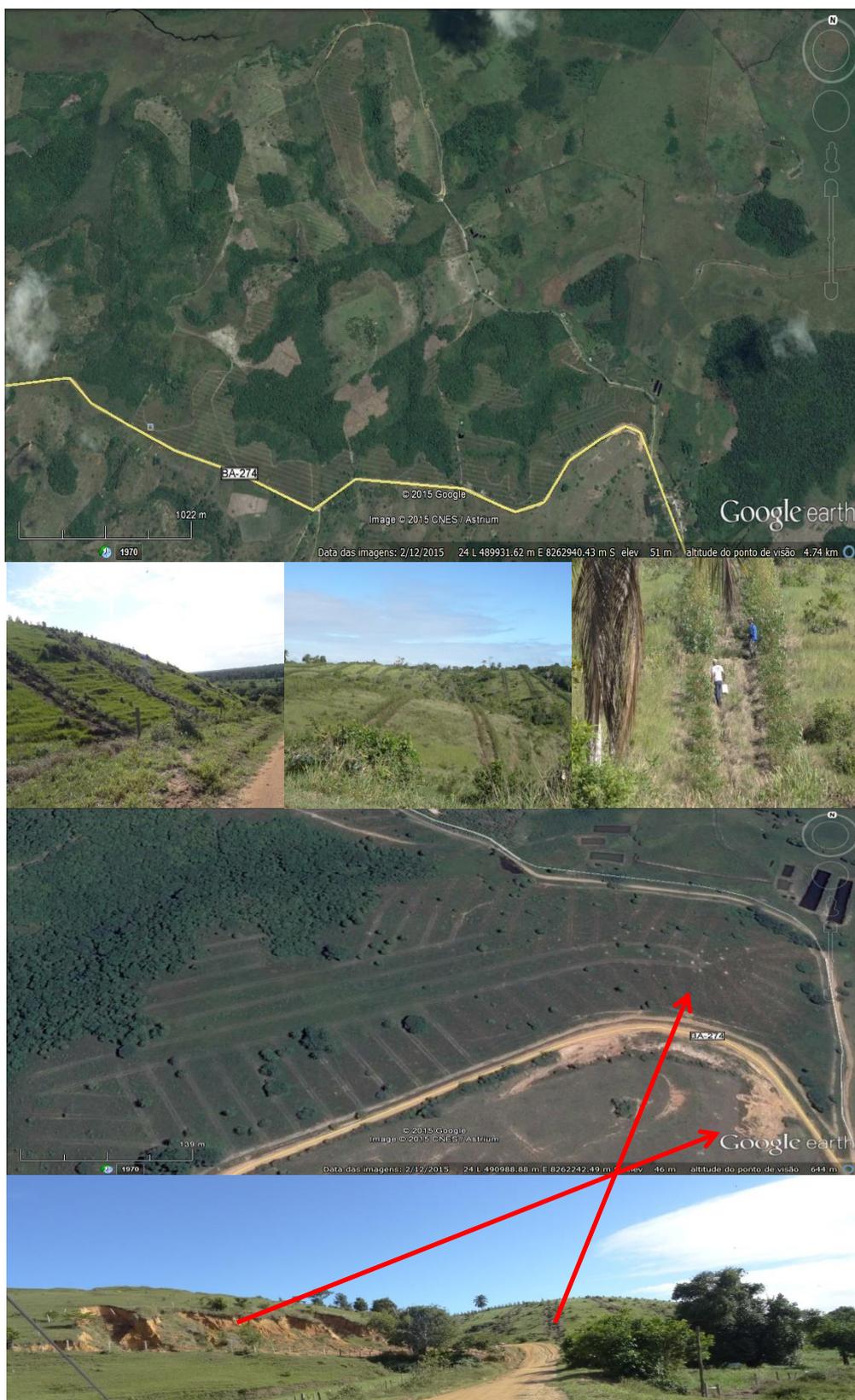
Apesar das tentativas se obter informações oficiais acerca das plantações de eucalipto no município, seja através da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Assessoria de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura, não foi possível conseguir dados destes órgãos

públicos, mesmo tomando como base a lei da transparência, na qual, tais órgãos são obrigados a prestar informações acerca da gestão do município. O mesmo ocorreu com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), mesmo pós protocolado um ofício solicitando informações sobre o licenciamento das propriedades não foi possível obter o documento, comprometendo a presente pesquisa.

Como base de análise, foram utilizadas imagens de satélite do Google Earth (2015), a partir das quais, através de entrevistas com moradores das áreas afetadas pelo monocultivo, foi possível identificar um mosaico de formas e cores que representam os diferentes estágios dos monocultivos. Posteriormente foi realizada visita a campo para obtenção de registros fotográficos e localização geográfica através de GPS, guiada por uma liderança camponesa e um jovem morador da área.

O mosaico de imagens abaixo, composto de imagens do Google Earth e de fotografias retiradas em campo (julho de 2015), é referente à propriedade recém-plantada, de acordo com o modelo supracitado. Entre as duplas fileiras de eucalipto, é plantado capim braquiária para o consórcio com gado. Os pequenos pés de eucalipto evidenciam o recente cultivo de aproximadamente 2 a 4 meses, cultivo este que a Secretaria da Agricultura e Assessoria de Meio Ambiente negam conhecimento.

Figura 1 – Mosaico de imagens: imagens Google Earth (2015) e fotografias de campo (2015) - monocultura de eucalipto.



Fonte: Google Earth (2015) e SAPUCAIA (2015)

Certa vez li um texto que dizia que “os mais violentos bolsões de miséria do Brasil estão exatamente onde há grandes monoculturas, especialmente de eucalipto”. Essa frase do Sebastião Salgado refletiu o que foi visto em campo, ao percorrer a Transouricanas, estrada que corta parte do município de Canavieiras e dá acesso a áreas extremamente férteis onde diversas famílias cultivam cacau, piaçava, frutas, verduras, hortaliças. Uma região fértil e banhada pelo rio Pardo e seus muitos afluentes, que está sendo devorada pelo agronegócio na região através do monocultivo do eucalipto, o mesmo agronegócio que tem exportado nos últimos anos produtos como celulose, soja, carnes, açúcar, algodão, entre outros, fazendo com que continue sendo necessário – e até em maior quantidade – a importação de alimentos básicos como arroz, feijão, milho, trigo e leite (OLIVEIRA, 2003).

A abertura de crédito para a expansão dos monocultivos, dentre eles o do eucalipto, e as facilidades para o arrendamento e compra de terras por parte do Estado não vêm acompanhadas de políticas públicas voltadas para os trabalhadores rurais e para a agricultura familiar, visto que estas medidas, sob a ótica desenvolvimentista, são contraproducentes para a acumulação de capital.

Nas terras férteis do município, ao invés de mais frutas, legumes, piaçava – este último um gênero tradicional cultivado há mais de um século na região-, há um rastro verde em folha de devastação. Os administradores do município aceleram o processo, num total descaso, visto que não há fiscalização e nenhum controle ambiental.

A Veracel Celulose, empresa existente desde 1991, é atualmente é uma joint venture (associação de empresas, com fins lucrativos, para explorar um negócio sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica) entre a brasileira Fibria (fruto da fusão, em 2009, entre a Votorantim Papel e Celulose e a Aracruz Celulose), atualmente a maior produtora de celulose de fibra curta do mundo e a quarta em capacidade produtiva de celulose, e a sueco-finlandesa Stora Enso, a maior produtora de papel e cartão do mundo e a segunda maior de produtos florestais, com 40 complexos industriais. (SOUZA; OVERBEEK, 2008, apud Malina, 2013).

A fábrica da Veracel está localizada nos municípios de Eunápolis/Belmonte, e suas plantações abrangem, além de áreas destes municípios, também dos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Canavieiras, Mascote, Itapebi, Itagimirim, Itabela e Guaratinga, no sul e extremo sul da Bahia.

A produção de celulose, desde a ditadura militar, vem sendo feita de forma intensiva, por empresas verticalizadas que dominam a cadeia produtiva, desde a compra ou arrendamento da terra, ao plantio, a transformação industrial da matéria-prima no produto final, processo subsidiado por elevadas quantias de verbas públicas.

Do poder público jorram recursos para o agronegócio, só este ano, em meio ao ajuste fiscal, o governo elevou em 20%, para R\$ 188 bilhões, os recursos destinados ao agronegócio para a safra 2015/2016. Enquanto isso, milhares de famílias são expulsas de suas terras, pela violência, contaminação e degradação ambiental promovida pelo agronegócio e demais empreendimentos do grande capital. Em trechos da Transouricanas, escolas e casas abandonadas, não há quem estude, não há quem labute na terra, diversos povoados “desapareceram” no deserto verde de eucaliptos.

Como diria Marx, a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. A tendência após o esgotamento dos solos e fim do processo rentável aos empreendedores do eucalipto é transformar tudo em grandes pastos. O trabalho nas fazendas de eucalipto é para poucos, a insalubridade nas condições de trabalho, o não atendimento das condições de segurança, vêm acompanhados de uma remuneração abaixo do mínimo da categoria. Além dos solos, rios, ar, animais, comunidades do entorno, os trabalhadores estão em contato direto com os químicos usados nos cultivos.

Segundo dados (??? FONTE) o Brasil ocupa o 6º lugar na produção de celulose de fibra curta e longa e papel e tem a Veracel como a maior proprietária de terras do Estado da Bahia, dominando toda a cadeia produtiva. Suas operações vão desde a produção e o plantio de mudas de eucalipto, passando pela fabricação da celulose, até o escoamento desse produto final.

É comum nos monocultivos usar quantidades elevadas de um produto químico que consta da lista de produtos proibidos pelo FSC². De acordo com Ivonete Gonçalves (CEPEDES), tomando notas do relatório de inspeção da ASI sobre a certificação da Veracel: “A empresa pulveriza as plantações que estão sendo atacadas por infestações de formigas com Sulfluramida. Para essa aplicação, a empresa pediu uma exceção do FSC, e conseguiu essa autorização em 2008”. E continua:

O sulfuramida é considerado Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Os POPs são substâncias consideradas perigosas para a saúde pública e o meio ambiente em função de elevada persistência no meio ambiente, a capacidade de serem transportadas por longas distâncias através do ar e da água, além de serem substâncias bioacumulativas. Os POPs incluídos na Convenção de Estocolmo passam a ter sua produção e uso proibidos no nível global, tendo sido selecionadas inicialmente 12 destas substâncias químicas perigosas para serem banidas, dentre elas o mirex.

² FSC é a sigla de *Forest Stewardship Council*, uma expressão inglesa que, em Português, significa "Conselho de Manejo Florestal". O FSC é uma organização independente, sem fins lucrativos, fundada em 1993, a partir da necessidade de garantir a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das florestas em todo o mundo. Fonte: info.fsc.org/

O agronegócio se sustenta no tripé estrutural da grande produção agropecuária no país, detentor de grande áreas produtivas, tem sua produção voltada para a exportação e se mantém impune quanto às irregularidades legais no que tange às infrações trabalhistas, sociais e ambientais. Tudo isto é fortalecido pela aliança de classes entre proprietários fundiários e capitalistas no Brasil.

As populações rurais e ribeirinhas sangram às cegas, têm sua (re)produção da vida violentamente arrancada pelo Estado e o Capital que de mãos dadas seguem tocando seu projeto histórico. A crueldade do processo é tal que, sem condições materiais mínimas de vida, não há articulação, organização e luta que se consolide nas localidades que passei, mas há resistência e é preciso que os impactados se somem à luta. A luta não é só das populações afetadas, é de toda sociedade, da universidade, das organizações sociais que em solidariedade de classe precisam fortalecer esta resistência.

Algumas considerações

A presente pesquisa não se encerra neste relatório final; terá continuidade a fim de apresentar um documento que sirva de instrumento de luta e reivindicação das populações afetadas. As irregularidades são muitas e o descaso do poder público é massacrante para as populações rurais e tradicionais.

A tendência a uma homogeneização na dinâmica do uso da terra nos municípios do Litoral Sul da Bahia já chega em Canavieiras. Nestes locais, as unidades pasto e eucalipto são elementos dominantes na paisagem.

Cabe, para concluir, um aprofundamento a cerca das áreas agricultáveis do município, com a verificação do comportamento fundiário, tipos de cultivos, bem como o mapeamento da cobertura vegetal e uso da terra pelo município.

“É preciso que os trabalhadores tenham consciência, o eucalipto destrói tudo, é preciso ter consciência porque se eles destroem nossas terras precisamos destruir os pés de eucalipto deles, tacar fogo em tudo”.

(Seu Boinha Ribeiro)